



A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Depto de Geografia - FFLCH - Universidade de São Paulo - Brasil
arioliv@usp.br

A mundialização da agricultura brasileira (Resumo)

A mundialização da agricultura brasileira é abordada na perspectiva teórica de François Chesnais, que trouxe o alerta sobre a aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. Esse processo integrou o capital em escala mundial, criando as empresas mundiais. Assim, a agricultura estrutura-se através da produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e monopólios mundiais. A mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação.

Palavras chave: mundialização, luta de classe, territorialização dos monopólios, monopolização do território, agricultura brasileira.

La mundialización de la agricultura brasileña (Resumen)

La mundialización de la agricultura brasileña se discute en la perspectiva teórica de François Chesnais, que reunió la advertencia sobre la alianza de clase de la burguesía en el mundo capitalista. Este proceso incluyó el capital a escala mundial, y la creación de empresas mundiales. Así, la agricultura se hace a través de la producción de mercancías, bolsas de mercancías y futuros como también por monopolios mundiales. La mundialización actúa en la agricultura a través de los procesos de territorialización de los monopolios y la monopolización de los territorios. El primero actúa simultáneamente en el control de la propiedad privada de la tierra, el proceso de producción en el campo y el procesamiento industrial de la producción agrícola. El segundo se desarrolla por la comercialización y el procesamiento de las empresas, sin que se produzca en el campo, pueden controlar los campesinos y agricultores capitalistas a través de mecanismos de subordinación.

Palabras clave: mundialización, la lucha de clases, territorialización de los monopolios, la monopolización de los territorios, agricultura brasileña.

The mundialization of the Brazilian agriculture (Abstract)

The mundialization of Brazilian agriculture is discussed in the theoretical perspective of François Chesnais, which one brought the warning about the alliance of the class bourgeoisie on the capitalist world. This process has included the capital in a world scale, creating worldwide companies. Thus, the structure of agriculture through the production of commodities, stock futures and commodities and worldwide monopolies. The mundialization acts in the agriculture through territorialization processes of the monopolies and monopolization of the territories. The first process acts simultaneously controlling land ownership, the production process in the field and the industrial processing of agricultural production. The second is developed by the company's marketing and processing, without producing in the field, can control capitalist farmers and peasants through mechanisms of subordination.

Key words: mundialization, class struggle, territorialization of the monopolies, monopolization of the territory, brazilian agriculture.

No final do Século XX, o modo capitalista de produção conheceu profundas transformações derivadas, de um lado, da crise e fim do socialismo no leste europeu, e de outro, da consolidação do processo de mundialização do capitalismo monopolista através do neoliberalismo. Esse processo trouxe consigo a reordenação territorial em termos mundiais da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia, igualmente, em termos mundiais. A novidade que trouxe foi a presença, no plano mundial, de monopólios formados em países emergentes, ao lado de processos de ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio dos Estados. As associações entre empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais transformaram ambas, nas empresas mundiais. Ou seja, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebatando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais.

O livro publicado em 1994 por François Chesnais "A Mundialização do Capital"[1], e traduzido no mesmo ano para o português em uma versão ampliada, trouxe uma importante senha de alerta sobre a aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. A mensagem referia-se à remoção dos entraves nacionais e criação de uma nova etapa marcada pela consciência dos interesses comuns e pela cooperação entre as burguesias nacionais. Assim, o processo de mundialização da economia assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial, e, criando as empresas mundiais.

François Chesnais, escreveu também, que nas oficinas mundiais da produção intelectual e ideológica do capital monopolista mundializado, construiu-se um discurso ideológico que visava validá-lo no campo das ciências sociais. O uso intenso dos termos global e globalização, vieram da mídia econômica norte-americana para a ciência e não ao contrário. Ou seja, a mídia passava a pautar a ciência e não a ciência pautar a mídia.

“O adjetivo "global" surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres "business management schools" de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e

marketing, formados nessas escolas - o japonês K. OHMAE (1985 e 1990), o americano M.E. PORTER ... Fez sua estreia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. ... De fato, as publicações que fazem a mais extremada apologia da "globalização" e do "tecno-globalismo" apresentam esse mundo como "sem fronteiras" (Borderless, é o título do livro de 1990 de OHMAE) e as grandes empresas, como "sem nacionalidade" (stateless, é a expressão empregada pela influente revista Business Week, 1990).

Esses termos, portanto, não são neutros. Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos. Como observaram R BAMET e J. CAVANAGH, cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser (1994, p. 13).[2]

A mundialização assumiu portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como praticamente, única potência militar e econômica no mundo.

As multinacionais são portanto a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional.

O primeiro processo, o movimento internacional de capitais foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial. O Plano Marshall e as fusões entre empresas industriais americanas e européias, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, os acordos de São Francisco e a Guerra Fria serviram de base para os fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e no mundo todo. O Acordo de Bretton Woods, a criação do FMI – Fundo Monetário Internacional, do BIRD e do Banco Mundial foram ações que visaram estabelecer a regulação internacional para o movimento internacional de capitais.

Estes movimentos internacionais de capitais, em última análise, derivaram dos investimentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações no exterior. Esses investimentos entre a década de 40 e 60, chegaram a mais de 800 bilhões de dólares para as multinacionais norte-americanas e mais de 50 bilhões para as não norte-americanas. Eles estimularam o crescimento das finanças internacionais, dos depósitos em bancos estrangeiros, aos investimentos no mercado europeu e depois japonês de divisas e títulos e particularmente aos investimentos em capital acionário de empresas multinacionais efetuados por investidores não nacionais. Os investimentos diretos de capitais no estrangeiro pelas multinacionais, constituiu a base de uma enorme superestrutura de captação de capitais em todas as partes do mundo. Os fluxos de capitais privados associados de um país para outro, não pertencentes às multinacionais passaram a crescer mais do que os investimentos diretos dessas empresas. Foi em síntese, a constituição/unificação contraditória (capital nacional x estrangeiro) do mercado financeiro internacional.

O segundo processo, a produção capitalista internacionalizada, derivou dos monopólios da pesquisa e, conseqüentemente, da tecnologia que, somado ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as. Ao mesmo tempo, geraram as bases da produção internacional, qual seja, o controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas nacionais. Este controle redundou na formação do mercado mundial de mão-de-obra e simultaneamente, na posse dos monopólios das fontes de matérias-primas e na repartição dos mercados, substituindo a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associaram ou fundiram-se com as nacionais.

A produção capitalista internacional derivou, portanto, da incorporação de mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Dessa forma, a maior parte da força de trabalho empregada pelas multinacionais está fora de seus países de origem. Por exemplo, as 500 maiores empresas multinacionais americanas têm cerca de 30 a 50% de sua mão-de-obra fora dos Estados Unidos. Essa mão-de-obra deve chegar a mais de 8 milhões de pessoas empregadas direta ou indiretamente.

A produção capitalista internacionalizada foi possível portanto, graças aos avanços tecnológicos na área da informática e das comunicações. Segundo técnicos do Banco Mundial "está ocorrendo a morte da localização geográfica." [3]. Esses avanços na área tecnológica viabilizaram a possibilidade de comunicação e integração entre as unidades industriais em diferentes partes do mundo. O processo resultou em abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc., criando assim as empresas mundiais. Muitos foram os exemplos de fusões nos EUA e na Europa.

O terceiro processo, as ações internacionais de governos, decorreu dos dois anteriores somados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo pós Segunda Guerra Mundial. A criação da ONU - Organização das Nações Unidas, do FMI - Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, entre outros, e a presença de organismos supranacionais (os blocos econômicos) formado por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passaram a compor cada vez mais, o capitalismo que se mundializava. A formação de verdadeiros governos internacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional consentâneos com a tendência de internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional.

Os empréstimos concedido aos governos dos países, têm que ser aprovados pelo conselho do FMI formado pelos representantes dos países doadores dos recursos. Para conceder esse empréstimo, porém, o FMI faz exigências, que geralmente incluem reformas nas economias dos países. Principalmente depois da reunião que ficou conhecida como Consensus de Washington, esse programa de reformas passou a incluir ajuste fiscal, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustível e privatização de companhias estatais não lucrativas, medidas consideradas impopulares.

Estas "receitas" de política econômica do FMI há muito tempo tornaram-se políticas econômicas nacionais de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Estas constituíram, no pós guerra, uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de capital e mão-de-obra. Disso resultou a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial, no seio de um novo sistema que modificou completamente o sistema de economias nacionais característico do capitalismo concorrencial.

Essa unificação reduz a independência dos Estados nacionais e exige a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente dos mesmos.

Foi dessa forma que o FMI e Banco Mundial implementam o Washington Consensus que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países que estavam ou estão endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate a inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real no Brasil, é na sua totalidade o próprio Washington Consensus. É pois assim, que surgiram também, os mercados comuns e as comunidades econômicas que passaram a compor o cenário do comércio mundial. NAFTA, UE, Mercosul, etc. são múltiplos exemplos da nova organização do capitalismo monopolista mundializado que agora pode no limite, até praticante prescindir do estado nacional. Aliás, no novo acordo de tarifas da Organização Mundial do Comércio - OMC - pretende-se que todas as barreiras alfandegárias sejam removidas, enfim, que o mundo seja finalmente, a “pátria” única do capital.

Desse modo, os três processos combinados contraditoriamente, a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos a nível internacional, estão na base da formação do mercado mundial, mercado este que derivou da posição internacional alcançada pelas empresas multinacionais norte-americanas gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo, desde o final do século XIX. Dessa realidade resulta sua posição de vanguarda no mundo.

A partir do processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, as empresas européias e sobretudo japonesas, aprimoraram o sistema e formam hoje de forma integrada um sistema financeiro internacional e conseqüentemente um mercado internacional de capitais. A interligação/unificação das Bolsas de Valores de New York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Milão etc., constitui um exemplo dessa realidade. Praticamente as vinte e quatro horas do dia, têm bolsas com pregão funcionando.

Dessa forma, a economia capitalista monopolista finalmente, engendrou sua própria mundialização. Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia. A internacionalização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial.

Esse processo criou novas bases para as relações Estado e empresa, que entram em uma nova dinâmica de alianças. A partir desse processo, os Estados nacionais permitiram que as empresas passassem a ser as novas organizações de controle da economia mundial. A lógica das novas alianças deriva de vários fatores: a crescente necessidade de integração entre as diversas tecnologias e os diferentes setores da economia; a presença de custos crescentes em

pesquisa e desenvolvimento; o encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; e a escassez relativa de pessoal altamente qualificado nos países industrializados.

Em resumo, a base da natureza das novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais está no fato de que essas empresas precisam do Estado nacional para poder enfrentar a mundialização, porém, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade.

Consolida-se assim a fase monopolista do capitalismo através da unidade (contraditória) das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais, ou seja: os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da multinacional não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. Portanto, o capitalismo não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo está em todos lugares do mundo onde as empresas multinacionais estão. Essa é pois, a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista.

A mundialização e a agricultura capitalista

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura que antes baseava-se na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Dessa forma, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo.

Segundo, as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das commodities. Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel.

Terceiro, a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção das commodities do setor. Estas empresas mundiais tem nas multinacionais suas bases constituintes. Elas formaram-se pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, franquias etc. As empresas mundiais nasceram pois, tanto de empresas estrangeiras como das nacionais que possuindo o controle monopolista da produção galgam o patamar mundial associando-se majoritariamente com empresas nacionais concorrentes. Essas empresas articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios.

A mundialização da agricultura e a crise dos alimentos

O ano de 2008 foi exemplar ao revelar para o mundo o início da elevação dos preços das commodities, em particular, do aumento dos alimentos básicos da população mundial: trigo, milho e arroz. Estes três alimentos representam a produção mundial de mais de 2 bilhões de toneladas produzidas, portanto, muito mais que os 250 milhões da produção de soja. Aliás, a soja só tem importância para o agronegócio no Brasil e na Argentina, pois nem mesmo nos Estados Unidos tem a importância que recebe no Brasil. A elevação dos preços dos alimentos indicava também, pela FAO, o aumento do número de pessoas no mundo que passavam fome. Este número chegou a um bilhão de pessoas.

Desde aquele ano tenho escrito que a crise dos alimentos tinha relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos e, tenho ressaltado que dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios e a monopolização do território. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes.

A crise, portanto, tem dois fundamentos. O primeiro, de reflexo mais limitado, referia-se na época, à alta dos preços internacionais do petróleo e conseqüente elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos. O segundo era conseqüência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento como queria fazer crer o governo brasileiro, mas sim, decorria da opção norte-americana da produção do etanol a partir do milho. Este caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal, e com ele elevação de seus preços e dos demais grãos: o trigo, o arroz e a soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos players dos monopólios internacionais que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação. Certamente, não há caminho de volta para a crise, pois, no caso norte-americano os solos disponíveis para o cultivo são disputados entre trigo, milho e soja. O avanço de um reflete inevitavelmente no recuo dos outros, por isso a crítica radical de Jean Ziegler da ONU: “etanol: crime contra a humanidade”.

Era pois, no interior desta crise que o agronegócio do agrocombustível brasileiro tentava pegar carona no futuro, fundado na reprodução do passado. E mais, o governo estava a pavimentar-lhe o caminho. Por isso, a questão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos rebateram diretamente no campo brasileiro. A área plantada de cana na safra de 2007, chegara perto de 7 milhões de hectares e, em São Paulo onde se concentra mais de 50% deste total, ela já ocupava quase a totalidade dos solos mais férteis existentes.

As consequências dessa expansão passaram a aparecer, pois, os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelavam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu nesse período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se-ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino.

A territorialização dos monopólios na agricultura

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. O processo de mundialização soldou em um outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores.

O setor sucroenergético até a década de 90 era predominantemente ocupado por empresas de origens familiares nacionais. Com a constituição da Cosan (uma aliança entre a família Dedini e parte da família Ometto) a empresa lançou ações nas bolsas de valores nacional e internacional, comprou a Esso Mobil no Brasil e depois constituiu joint venture com a Shell, dando origem à Raizen. Ninguém comprou ninguém, apenas aliados associaram-se no mesmo negócio.

Outro exemplo neste mesmo setor ocorreu com o grupo Santelisa Vale (aliança entre a família Junqueira e Biagi) que fundiu-se com a Louis Dreyfuss Commodities dando origem à LDC-SEV. A composição acionária da nova empresa ficou da seguinte forma: LDC com 60%, acionistas da Santelisa Vale 18%, bancos credores 13% e novos investidores com 9%.

Há também neste setor o caso do Grupo Moema (aliança entre as famílias Biagi e Junqueira) que fundiu-se com a Bunge e terão participação de cerca de 9% das ações da empresa mundial dirigida no Brasil por Pedro Parente, ex-participante do governo FHC. Ou seja, nestes dois últimos casos as famílias Junqueira e Biagi tornaram-se sócias das multinacionais Bunge e Louis Dreyfuss, o que quer dizer aliaram-se ao capital mundial, multinacionalizando-se.

Cabe destacar também neste setor, a presença de outros grupos mundiais associados tais como o francês Tereos do Açúcar Guarani S/A, que tem participação de 31,4% da Petrobras Biocombustível - PBio podendo elevá-la até 49%, nas unidades São José em Colinas/SP e Andrade em Pitangueiras/SP. (26) A PBio tem também, associação com o grupo São Martinho através da Nova Fronteira Bioenergia S/A, de 49% na usina Boa Vista, em Quirinópolis/GO (27). Além, da associação com Cosan, Odebrecht e Copersucar, Camargo Correa e Uniduto na Lógum, empresa de logística de etanol na qual a estatal tem participação de 20%.

Outra empresa mundial associada a capital nacional é a Archer Daniel Midland (ADM) maior produtora de etanol de milho do mundo, aliada ao ex-ministro da agricultura Antonio Cabrera

na usina de açúcar e álcool Limeira do Oeste, no Triângulo Mineiro onde tem participação de 49% contra 51% do ex-ministro.

Também, entre as empresas mundiais japonesas, a Sojitz está associada à ETH Bioenergia S/A do conglomerado Odebrecht S/A; a Itochu é parceira da Bunge em duas usinas de açúcar e etanol no Brasil (20% das usinas Santa Juliana, em Minas Gerais, e da Pedro Afonso, em Tocantins) e a aliança entre a Mitsui (já aliada da Vale) e a Petrobras na Usina Itarumã em Goiás (no Complexo Bioenergético a Petrobras Biocombustíveis participa com 20% e tem como sócios a japonesa Mitsui, com 20%, e o produtor nacional Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda, com 60%).

Outra associação no setor foi do grupo indiano Shree Renuka Sugars, quinto maior produtor mundial de açúcar e está listado na bolsa de ações na Índia. Controla 7 usinas e 2 grandes refinarias em portos naquele país, e, desde 2010 adquiriu 4 usinas no Brasil. Entre elas estão as duas usinas adquiridas integralmente do grupo Vale do Ivaí no norte do Paraná, localizadas nos municípios de São Pedro do Ivaí e São Miguel do Cambuí, e participações em infraestrutura logística: dois terminais portuários - um de açúcar, a Pasa (Paraná Operações Portuárias), com 12,7% , e o de álcool, Álcool do Paraná, com 9,08%, e 8% na CPA Trading. Nas duas outras unidades, o grupo indiano comprou 50,34% das ações das unidades do Grupo Equipav controlado pelas famílias Toledo, Vetorazzo e Tarallo, que ficaram com os outros 49,66%. A indiana Shree Renuka Sugars e o grupo Olam International, de Cingapura, também, constituíram uma parceria no Brasil para realizar investimentos em açúcar e etanol. A parceria não envolve as unidades já controladas pelos indianos, mas sim, as futuras aquisições que serão feitas pelos dois grupos.

O setor sucroenergético tem também, a participação do grupo de Hong Kong, Noble Group, que adquiriu da família Fernandes do grupo Cerradinho as duas usinas localizadas nos municípios de Catanduva e Potirendaba em São Paulo. Enquanto que a usina Porto das Águas, no município de Chapadão do Céu, em Goiás, continuará sob o controle da família Fernandes. Já as terras onde estão as plantações de cana que abastecem as usinas de São Paulo também continuaram como propriedade da família.

A trading suíça Glencore também associou-se à família Garieri passando a controlar 70% da usina de etanol Rio Vermelho, de Junqueirópolis/SP. A Adecoagro S/A que tem entre seus sócios o bilionário George Soros adquiriu a Angélica Agroenergia S/A localizada em Angélica no Mato Grosso do Sul e Usina Monte Alegre no sul de Minas Gerais.

Enquanto isso, no setor de celulose e madeira plantada onde também predomina o processo de territorialização do monopólio, apresentam aparentemente processo inverso ao setor sucroenergético, ou seja, são os grupos nacionais "comprando", quer dizer fundindo-se com grupos internacionais. São os casos do Grupo Votorantin comprando as ações do grupo norueguês na Aracruz Celulose, depois da venda de 49,99% das ações do Banco Votorantin para o Banco do Brasil. Como desdobramento da compra, a VCP fundiu-se com a Aracruz formando-se a Fibria. Neste mesmo setor do plantio de florestas ocorreu também a fusão entre a Duratex e a Sapitel criando a maior empresa mundial de produção de painéis de madeira. O grupo chileno CMPC comprou a unidade gaúcha da Fibria, e as empresas Klabin, Suzano, International Paper e grupo Orsa nacional completam o setor.

A monopolização do território na agricultura

A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes.

No Brasil, monopolizam o setor de grãos, as empresas mundiais ADM, Cargil, Bunge, LDC; Los Grobos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as nacionais Caramuru e AMAGGI que está indo para a Argentina; e, as cooperativas Coamo e Cocamar. No setor de sementes atuam a Monsanto e a Syngenta. O setor do leite é dominado pela Nestlé. No setor de suco concentrado de laranja cabe destacar a antiga aliança da Cutrale com a Coca Cola, fazendo com que ela assumisse plantas industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos. Pode-se destacar também a proposta de fusão entre a Citrovita do grupo Votorantin e a Citrosuco do grupo Fischer. No setor de carnes BRF - Brasil Foods tornou-se a maior empresa mundial de carnes de aves e suínos; a JBS (Friboi) adquiriu a Swift argentina, a Swift Foods & Company norte-americana, a Inalca italiana, a Smithfield Beef norte-americana, a australiana Tasman e por fim associou-se ao grupo nacional Bertin, tornando-se a maior empresa mundial de carne bovina. O mesmo aconteceu parcialmente com o Marfrig Group que possui atuações na Argentina, Uruguai, Chile e comprou o segmento de peru da francesa Doux Frangosul e a Seara Alimentos da Cargill no Brasil. Neste setor há ainda o grupo Unilever e a Doux Frangosul.

É necessário destacar que muitos desses processos de fusões, associações e aquisições foram feitas com a participação do BNDES e dos fundos de pensão dos trabalhadores das estatais brasileiras. Aliás, os fundos de pensões dos empregados das estatais têm se tornado proprietários de parte das ações de muitas empresas no Brasil, revelando sua dimensão capitalista. Ou seja, esta parte do proletariado tem interesse direto na lógica capitalista de produção desses empreendimentos onde são acionistas, às vezes, até tornando-se majoritários como é o caso da Vale.

Entre outros exemplos da aliança de classe de setores da burguesia brasileira com a mundial, estão as novas empresas nacionais que começaram a nascer a partir de 2007, principalmente no setor de grãos, que estão abrindo seus capitais em bolsas de valores, ou seja, fazendo seus IPOs (Initial Public Offering - Oferta Pública Inicial de ações em Bolsas). Essas novas empresas seguem o caminho aberto pela Cosan do setor sucroenergético que foi a primeira de seu setor a abrir capital em bolsa no ano de 2005.

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros

participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto à eventuais restrições às aquisições terras por estrangeiros.

Assim, estão se formando novas grandes corporações nacionais mundializadas na área de grãos, enquanto que nos setores de açúcar e álcool e de celulose elas já são realidades. Inclusive, elas revelam em seus sites o papel que o rentismo desempenha em suas atividades e, revelam seus sócios estrangeiros aliados.

A abertura do capital da SLC Agrícola, em 2007, é uma espécie de marco desse novo movimento, pois, foi a primeira empresa constituída por fazendas produtoras de grãos do mundo que tem suas ações negociadas em bolsas. Como parte do Grupo SLC, constitui-se em uma empresa produtora de commodities agrícolas (algodão, soja e milho). Possui onze fazendas de produção no MS, MT, GO, BA, PI e MA com 230,7 mil hectares cultivados na safra 2010/11, sendo 118,2 mil de soja, 85,0 mil de algodão, 24,8 mil de milho e 2,6 mil café, trigo e milho semente

A SLC Agrícola prepara a constituição de sua empresa especializada na comercialização de terras, já conhecida como LandCo, que terá 90 mil hectares iniciais e capital para chegar em 2013, com 240 mil hectares, em fazendas em áreas do ecossistema do Cerrado no Centro-Oeste e Mapitoba (MA, PI, TO e BA). .[4]

"Com a criação da nova empresa, o grupo pretende agregar valor àquelas que considera serem suas maiores expertises: de um lado, a produção agrícola em si, que permanecerá sob a responsabilidade da SLC Agrícola; do outro, a compra e a venda de terras, que ficará com a LandCo. A nova empresa terá como foco à aquisição de terras com potencial de valorização explica o diretor-presidente da SLC Agrícola Arlindo Moura. Em seguida essas terras serão arrendadas para a própria SLC Agrícola, que poderá ocupá-las com a produção de grãos. Quando as propriedades alcançarem valores satisfatórios, poderão ser vendidas pela LandCo, em um ciclo contínuo. Com base no histórico de negociação de terras da SLC Agrícola nos últimos 10 a 15 anos, explica Moura, o potencial é que os ativos ofereçam uma rentabilidade anual da ordem de 19% a 20%. Os 90 mil hectares iniciais serão transferidos à LandCo pela SLC Agrícola - que assim, passará, a ter 51% da nova companhia. A fatia restante deverá ser vendida a fundos soberanos estrangeiros - entre os principais estão os de países como Qatar, Dubai, China e Cingapura. *'Já estamos negociando com alguns fundos. A idéia é que seja um pool deles'*, afirma Moura."[5]

Outra empresa com característica parecida é a Agrifirma. Trata-se de um grupo brasileiro que trabalha na aquisição e desenvolvimento de terras agrícolas, pretende se tornar a primeira empresa nacional a ser listada na bolsa de Hong Kong. Tem entre seus investidores o britânico Jacob Rothschild. Possui 60 mil hectares de terras no Estado da Bahia e pretende chegar a 100 mil hectares antes da abertura do capital. Aplica em média, US\$ 2.300 para aquisição de um hectare e transformá-lo em terra cultivada.

"O negócio da Agrifirma consiste em comprar terras, especialmente no Cerrado, e transformá-las em áreas produtivas. A empresa já levantou US\$ 179 milhões até agora, incluindo investimentos de dois magnatas de Hong Kong - Raymond Kwok e Adrian Fu - e o grupo de investimentos Lake House. *'Há uma escassez de terras cultiváveis na própria China'*, disse Fu, que atua no segmento hoteleiro. *'Eventualmente, a China terá de ir ao exterior para originar seus produtos agrícolas'*, disse. A família Kwok controla a Sun Hung Kai Properties, maior grupo de Hong Kong a atuar no segmento de desenvolvimento de propriedades."[6]

Outra empresa que abriu seu capital na bolsa de Nova York, no início do ano de 2011, foi a Adecoagro. A empresa tem entre seus sócios o bilionário George Soros.

"A Adecoagro S/A é hoje uma das principais empresas produtoras de alimentos e energia renovável da América do Sul. Com presença na Argentina, no Brasil e no Uruguai, as atividades a que nos dedicamos incluem a produção de grãos, arroz, oleaginosas, lácteos, açúcar, etanol, café e algodão. Em setembro do ano de 2002, a Adecoagro entra no mercado agropecuário argentino com a aquisição da firma 'Pecom Agropecuária SA' e seus mais de 74.000 hectares de terra (...) No ano de 2004 começamos nossa expansão regional, adquirindo uma fazenda, a Macarena, em uma das áreas mais produtivas do Uruguai ... Ao mesmo tempo, começamos a análise de possibilidades de investimento no Brasil, desembarcando definitivamente nesse país em 2005 com a compra de três fazendas localizadas nos Cerrados brasileiros (...) Em agosto de 2006 foi incorporado a Alfenas Café (...) Em outubro de 2006 foi dado um passo importante em nosso projeto de café com a compra da Fazenda Lagoa do Oeste (...) Atualmente, a Adecoagro possui mais de 270.000 hectares na Argentina, no Brasil e no Uruguai." [7]

A Radar Propriedades Agrícolas é subsidiária da Cosan e foi criada em 2008. É mais uma empresa para atuar no mercado imobiliário rural. Seu objetivo é

"investir em imóveis agrícolas no Brasil, identificando propriedades com alto potencial de valorização, processando as aquisições e arrendando-as a grandes operadores agrícolas ... [controla] um total aproximado de 70 mil hectares de terras, cultivadas principalmente com lavouras de cana e de grãos." [8] (31) (grifo meu) A empresa tem como sócios o grupo Cosan e fundos de pensão norte americanos." [9]

Outra empresa que atua no mesmo segmento é a Calys Agro.

"De olho na forte valorização que as terras brasileiras podem ter no curto e médio prazo, a americana AIG Capital Investments adquiriu 37% de participação na Calyx Agro. A empresa tem como seus principais acionistas o grupo francês Louis Dreyfus Commodities, que no país é gigante em grãos e está crescendo em cana. O grupo Calyx Agro também negocia propriedades rurais na Argentina e Uruguai (...) a empresa já tem duas propriedades na região do Mapito - nova fronteira agrícola que compreende os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Vai alcançar 100 mil hectares até o final do ano." [10]

A Vision Brazil Investments é também, uma empresa que atua para:

"ajudar investidores estrangeiros a alocar seus recursos em setores tais como, agricultura, financiamento e crédito na área agrícola, produção de terras agrícolas, imobiliário". [11] "A Vision, gestora de recursos que administra cerca de R\$ 1 bilhão, busca oportunidades em terras para clientes estrangeiros interessados em agronegócios (...) A empresa foi criada em 2006 por ex-banqueiros do Bank of America no país." [12]

Outra empresa nesse novo padrão é a Tiba Agro, criada por um grupo de produtores rurais nacionais e investidores financeiros para atuar na aquisição de propriedades rurais. Já concentra 320 mil hectares de terras no Cerrado brasileiro, total que a coloca entre as primeiras em estoque de terras.

"A Tiba Agro pertence a dois ex-executivos do Bank of America: Fabio Greco e Amauri Fonseca Junior, que têm fatia de 25% da Tiba. Para juntar os recursos necessários para a aquisição das áreas, eles levantaram US\$ 300 milhões por meio de fundos de private equity, com cotistas americanos e europeus que passaram a ter 45% da companhia. Também se uniram a dois produtores rurais, os irmãos Francioni, da Bahia, e o grupo Golin, da região Centro-Oeste, que já possuíam algumas fazendas que foram trocadas por 30% da Tiba (...) O próximo passo da Tiba Agro será colocar suas 13 fazendas no Piauí, no Mato Grosso e na Bahia para produzir grãos, principalmente soja, algodão e milho." [13]

A Sollus Capital é também um exemplo de empresa que adquire terras com capital estrangeiro e brasileiro.

"É uma empresa de investimentos em terra com potencial agrícola, preferencialmente para grãos, que cobre atualmente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Possui 35 mil hectares de propriedades agrícolas sem se envolver diretamente com a produção. A sociedade foi fundada em 2008 por pela Vinci Partners que é veículo de investimento de ex-sócios do Banco Pactual, é um dos principais administradores de private equity no Brasil (...) Dentre estes investimentos realizados pela Vinci estão ativos como a PDG Realty, no setor imobiliário brasileiro, e a Equatorial Energia (...) Adicionalmente, possui investimentos no mercado brasileiro de etanol através da CMAA (...) O Touradji Capital Management é um administrador de "hedge funds" baseado em Nova York. Atualmente, a empresa administra ativos mais de US\$ 3,5 bilhões (...) e o Grupo Los Grobo que é uma das mais importantes empresas de agronegócios na América do Sul. A Los Grobo atua na Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, operando em toda a cadeia do agronegócio, na produção de culturas e no fornecimento de produtos e serviços para mais de 5.000 fazendeiros independentes [...] Atualmente, a Los Grobo administra mais de 246.000 hectares de terras plantadas."[14]

Ainda entre essas novas empresas há também a LG Agro do banqueiro carioca Gilberto Sayão ex-sócio do Banco Pactual.

"Hoje tem cinco fazendas de gado de corte e de grãos no Centro-Oeste (...) Seu modelo engloba quatro áreas de atuação: imobiliária (compra e venda de terras); produção de soja, milho e trigo, basicamente em fazendas arrendadas; produção de açúcar e álcool (atualmente tem uma usina em operação e duas em execução); e, por fim, serviços (consultoria, comércio, distribuição, armazenagem e financiamento a pequenos agricultores). Hoje a LG Agro produz em 254 mil hectares de terra e comercializa 2,7 milhões de toneladas de grãos (...) No negócio imobiliário são 30 mil hectares de terras, arrendadas exclusivamente para a Los Grobo (...) No setor sucroenergético na Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA) – empresa originalmente controlada pelo Pactual Capital Partners, JF Citrus e o fundo americano ZBI Ventures."[15]

Já a empresa BrasilAgro possui 174 mil hectares adquiridos por um fundo da Tarpon, pela argentina Cresud e por Elie Horn (fundador da Cyrela). Seu modelo de negócio é parecido com a Tiba Agro, pois, faz a conversão de terras e a produção em 50 mil hectares.

"Atua na aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária (...) Em 2006, adquirimos um total de 10 propriedades rurais, sendo que, em junho de 2008, realizamos a venda de uma fazenda. O nosso plano de negócios contempla a valorização de nossas propriedades rurais como o nosso principal vetor de retorno financeiro."[16]

A Cantagalo General Grains é também empresa nova nesse segmento. Começou com uma área total de 150 mil hectares e um aporte, também inicial de R\$ 90 milhões dos acionistas.

"Formada pela união entre Coteminas, o produtor rural Wilson Vian, da Agrícola Estreito, e Paulo Roberto Moreira Garcez, fundador da trading Multigrain, que foi vendida para a multinacional japonesa Mitsui (...) O modelo da Cantagalo também vai desde a compra de terras até a comercialização de grãos."[17]

Também, entre essas novas empresas estão aquelas do empresário espanhol Enrique Bañuelos.

"Com a intenção de formar um gigante, o investidor adquiriu o controle da produtora de algodão Maeda e promoveu uma associação com a BrasilEcodiesel, que diversificou suas atividades para além do biodiesel. Agora, ele conseguiu aprovar uma fusão entre a BrasilEcodiesel e a Vanguarda, produtora de algodão e soja. Metade do capital da Vanguarda pertence ao espanhol, por meio de sua holding de investimentos, a Veremonte. A outra metade é do empresário e político mato-grossense Otaviano Pivetta. Por trás desse esforço, está uma lógica financeira. Bañuelos pretende atrair sócios chineses para o agronegócio."[18]

Agrinvest é outro exemplo, pois trata-se de uma empresa controlada pelo fundo americano Ridgefield Capital e dedicada à produção em 78 mil hectares de soja no Maranhão e em Mato Grosso. A empresa fez no ano de 2010 uma operação pioneira no agronegócio para obter capital no exterior.

"A Agrinvest emitiu títulos, do tipo private placement na Euroclear, uma espécie de câmara internacional de compensação de títulos, e captou 26 milhões de dólares. A Euroclear tem sede mundial em Bruxelas e é o maior provedor de serviços para liquidação de títulos, ações e transações de fundos de investimentos do mundo. A Agrinvest criou uma subsidiária nas Ilhas Cayman, que emitiu os papéis na Euroclear, garantidos pela empresa brasileira. A subsidiária capta o dinheiro no mercado e remete para o Brasil como capital de giro para a Agrinvest. Parte da garantia aos investidores é dada em exportação da soja e parte por contratos de venda que a Agrinvest tem com a Bunge." [19]

Por fim, entre essas empresas que estão atuando no Brasil está o Grupo El Tejar argentino. Ele atua através da empresa "O Telhar Agropecuária Ltda", através de seu country manager Javier Angió, e tem sede em Primavera do Leste/MT. [20]

"A empresa tem como sócios a empresa espanhola ET Spainco S.L, e cedeu cotas à empresa CV LUXCO S.A. R.L., de Luxemburgo, todas representadas por Javier Angió, proprietário da "O Telhar Agropecuária Ltda" (...) A empresa ocupa 206 mil hectares com plantações de soja, milho e algodão (...) Cerca de 40 mil hectares são áreas próprias. O restante é arrendado de brasileiros. Na América do Sul, especificamente, El Tejar atua em uma área superior a 700 mil hectares." [21]

Notas

[1] A primeira edição do livro de François Chesnais *La Mondialisation du capital*, publicado pela Édition Syros, Paris, 1994 (première édition), teve a edição ampliada publicada em 1997 (édition augmentée) e a tradução para o português do Brasil da edição ampliada *A Mundialização do Capital*, Xamã VM Ed. Graf. Ltda, São Paulo, foi publicada em 1996.

[2] CHESNAIS, 1996, p. 23/4.

[3] Globalização - Caderno Especial, Folha de São Paulo, 02/11/97, p. 5.

[4] <http://www.slcagricola.com.br> - Acessado em 28/07/2011, às 9:25hs.

[5] Jornal VALOR ECONÔMICO, 27/10/2010, p.B14.

[6] Jornal VALOR ECONÔMICO, 19/07/2010, p.B12.

[7] <http://www.adecoagro.com/> acessado em 28/07/2011, às 9:30hs.

[8] http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=35726 - Acessado em 25/07/2011, às 18:03hs.

[9] Jornal VALOR ECONÔMICO, 26/08/2009, p.B12.

[10] Jornal VALOR ECONÔMICO, 28/08/2008, p.B14.

[11] <http://www.visionbrazil.com/pt/company.htm>, Acessado em 21/07/2011, às 20:12hs.

[12] Jornal VALOR ECONÔMICO, 28/08/2008, p.B14.

[13] Jornal VALOR ECONÔMICO, 15/03/2010, p. B15.

[14] <http://www.solluscapital.com.br/Portugues/home.html> - Acessado em 31/07/2011, às 8:30hs.

[15] Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011, p. N4.

[16] http://www.brasil-agro.com/brasilagro/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=20101 - Acessado em 01/08/22:04hs.

[17] Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011, p. N4.

[18] Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011, p. N4.

[19] <http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/2010/10/06/agrinvest-faz-operacao-pioneira-no-agronegocio-e-obtem-capital-no-exterior/> - Acessado em 02/08/2011, 15:02hs.

[20] http://www.eltejar.com/por/secciones/el-tejar_22.php&sub=0 - Acessado em 03/08/2011, às 22:12hs.

[21] http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/julho_10/terras.html - Acessado em 03/08/2011, às 22:38hs.

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

